



ASCOM PREFEITURA/ANDERSON LIPPI

Houve aumento de 15% de benefícios por transtornos mentais

Saúde mental ganha destaque em seminário sobre riscos no trabalho

As empresas brasileiras passarão a ser obrigadas a identificar e tomar medidas para garantir a saúde mental e a segurança dos trabalhadores. É o que estabelece a Norma Regulamentadora 1 (NR-1) que, após adiamento e suspensão começa a vigorar. A aplicação da NR-1 foi um dos assuntos tratados no seminário Entre a norma e o real: desafios e perspectivas do mundo do trabalho, que ocorreu na quinta (20) e também nessa sexta, na Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte. A NR-1 entrou em vigor em 26 de maio deste ano e passou a abranger os fatores de riscos psicossociais no gerenciamento de riscos ocupacionais. “A norma obriga as empresas a identificar quais são os riscos para a saúde e a segurança dos trabalhadores e a tomar medidas de controle”, disse o auditor-fiscal do Trabalho Airton Marinho, representante da DS-MG/SINAIT, que mediu o debate sobre o assunto.

Medidas protetivas independem de boletins

As medidas protetivas de urgência são instrumentos previstos na Lei Maria da Penha, que completou 20 anos em 7 de agosto, para interromper situações de violência doméstica e familiar e ampliar a proteção das mulheres. Elas podem ser determinadas quando houver risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da mulher e de seus dependentes. As medidas podem ser concedidas de forma imediata e não dependem da existência de boletim de ocorrência, inquérito policial ou ação judicial.

TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL



Medidas estão previstas na Lei Maria da Penha

Harmonização Orofacial: SBD obtém vitória

A Resolução do Conselho Federal de Odontologia nº 198/2019 previa, entre as competências da chamada Harmonização Orofacial, procedimentos como aplicação de toxina botulínica e preenchedores faciais, intradermoterapia, biomateriais indutores de colágeno, laserterapia, lipoplastia facial, bichectomia e técnicas cirúrgicas para correção dos lábios. A Sociedade Brasileira recorreu da decisão de primeira instância, que havia rejeitado o pedido de anulação da norma e questionado, inclusive, a legitimidade da ação.

Procedimentos estéticos em toda face

Na última quarta-feira (19), por 3 votos a 2, a 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) reconheceu a ilegalidade da Resolução. “O Tribunal reconheceu que não há respaldo legal para estender a atuação odontológica a procedimentos estéticos invasivos em toda a face”, explica Dr. Carlos Barcaui, presidente da Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD)

Hapvida I

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) adotou uma medida cautelar para impedir, de forma preventiva, a aplicação de reajustes e rescisões contratuais anunciados pela operadora Hapvida Assistência Médica S.A. A decisão foi anunciada nesta quinta-feira (20) pelo diretor-presidente da ANS, Wadih Damous.

Hapvida II

Segundo a agência, a operadora foi notificada a prestar esclarecimentos sobre o anúncio de reajustes de dois dígitos ou do cancelamento unilateral de cerca de 12% de sua carteira, o equivalente a aproximadamente 950 mil contratos. A ANS também deverá se reunir com representantes da empresa para discutir as medidas anunciadas.

Segurança digital I

O crescimento do uso de plataformas digitais e inteligência artificial entre crianças e adolescentes amplia a necessidade de orientar os estudantes quanto à participação segura, ética e responsável no ambiente digital. Gratuita e totalmente on-line, a formação está disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério da Educação.

Segurança digital II

A iniciativa visa capacitar profissionais para mediar os principais dilemas vivenciados pelos alunos no mundo conectado, indo além do aspecto técnico e focando no letramento digital, ético e cidadão. Ao longo do percurso, o participante explora temas essenciais para a rotina escolar, como o impacto do tempo de tela na saúde mental.

Sanções a cursos I

O Superior Tribunal de Justiça suspendeu liminarmente a decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e restabeleceu as medidas cautelares impostas pelo Ministério da Educação, em março deste ano, a 107 instituições de ensino superior com baixo desempenho no Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed) de 2025.

Sanções a cursos II

Entre as medidas previstas para essas instituições que não performam estão a suspensão da oferta de vagas vinculadas ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e ao Programa Universidade para Todos (Prouni), assim como de novos processos seletivos e vestibulares, e a redução do número de vagas autorizadas.



Representantes debateram sobre eventos climáticos extremos

Respostas à crise climática exigem inovação, afirma setor elétrico

Tema foi debatido em encontro promovido pela Aneel em Brasília

Da Redação

Representantes do setor de energia elétrica nacional defenderam a necessidade de investimentos em inovação para o enfrentamento dos desafios impostos por eventos climáticos extremos. O tema foi debatido nesta quinta-feira (20), em Brasília, em um encontro promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Segundo a presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate), Talita Porto, o setor tem feito investimentos em modernização, infraestrutura e resiliência. Mas ela alertou que é preciso também buscar inovação.

“O Instituto Abrate deve aportar R\$ 5 bilhões em pesquisa, desenvolvimento e inovação. Um projeto nos próximos 17 meses para estabelecer ferramentas de análise e de aumento da resiliência frente às mudanças climáticas”, destacou.

Para Talita Porto, apesar dos investimentos, o setor é muito vulnerável aos efeitos físicos e econômicos das mudanças climáticas.

“Nós estamos falando de um segmento estratégico em que qualquer queda de torre

afeta tanto a geração quanto a distribuição e o consumo.”

A presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Patricia Audi, destacou a necessária adaptação da rede de transmissão do país frente aos desafios impostos.

“Vimos há duas semanas o Rio de Janeiro acometido por ventos de 140 quilômetros por hora [km/h], quando nós temos uma rede prevista para suportar 80 km/h. Ribeirão Preto, há três semanas, também com eventos de até 160 km/h.”

Os extremos climáticos citados por Patrícia Audi ocorreram no final do mês de julho, quando o El Niño previsto para 2026/2027 começou a atuar. O fenômeno se caracteriza pelo aquecimento das águas superficiais do Oceano Pacífico Tropical e provoca alteração na circulação atmosférica tornando os volumes de chuvas irregulares.

O diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Marcio Rea, reforçou a necessidade de inovação ao destacar que as análises técnicas apontaram que os ventos de Ribeirão Preto foram do tipo redemoinho, que não apenas derrubaram, mas torceram as torres de transmissão.